

Mônica Nogueira e Soraya Fleischer

Entre tradição e modernidade: potenciais e contradições da cadeia produtiva agroextrativista no Cerrado

O Cerrado: natureza e sociedade ameaçadas

O bioma Cerrado corresponde a cerca de 220 milhões de hectares, ou 22% do território nacional, em grande parte localizado na área central do país, estendendo-se sobre 16 estados, incluídos a área contínua e os enclaves em outros biomas: Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Piauí, Rondônia, Roraima, São Paulo e Tocantins (IBGE, 2004).

Sua posição geográfica e relevo tornam esse bioma o maior armazenador e dispersor de águas do Brasil. As bacias do São Francisco, Tocantins/Araguaia e Paraná têm todas as suas nascentes e principais tributários na área de domínio do Cerrado. Partes importantes da bacia do Amazonas (margem direita), do Atlântico Norte-Nordeste e Atlântico Sudeste (com destaque para a bacia do Jequitinhonha) também nascem e se formam nesse bioma.

Mônica Nogueira é pesquisadora associada da ONG Instituto Sociedade, População e Natureza (celeida@unb.br). Soraya Fleischer é doutoranda em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (soraya_fleischer@yahoo.com.br).

A sua localização também favorece o contato com os demais biomas brasileiros (Floresta Amazônica, da Mata Atlântica, da Caatinga, da Mata de Araucária, do Pantanal), o que torna o Cerrado portador de uma enorme diversidade de ecossistemas e de espécies animais e vegetais, cuja conservação e uso sustentável¹ revelam-se estratégicos para o equilíbrio ambiental do Brasil e do mundo.

Ao lado de sua biodiversidade, o Cerrado abriga uma sociodiversidade (diversidade social e cultural) igualmente rica. Essa sociodiversidade remonta a milhares de anos, visto que as nações do grupo Macro-Jê são, sabidamente, povos habitantes do Cerrado.² Alguns historiadores (Holanda, 1994) e arqueólogos (Barbosa e Schmitz, 1998) atestam ter havido o uso de espécies vegetais típicas do Cerrado, desde os tempos pré-históricos, por comunidades indígenas que retiravam da flora local alimentos para a sua manutenção, fibras para o fabrico de utensílios e palhas de palmeiras para cobertura de abrigos.

O conhecimento indígena sobre o Cerrado e seus usos, em grande parte, foi apreendido pelos povos mestiços e negros que passaram a habitar no Cerrado, a partir da colonização brasileira pelos portugueses (Holanda, 1994). Esse patrimônio cultural permitiu que inúmeras comunidades camponesas, de posseiros, vaqueiros, quilombolas, geraizeiros, vazanteiros e indígenas, nele sobrevivessem, por séculos, em bases que têm sido consideradas ambientalmente sustentáveis.³

¹ A noção de sustentabilidade ambiental refere-se à manutenção dos ecossistemas e de sua capacidade de absorção e recomposição em face das interferências antrópicas sobre o meio ambiente. Desse modo, o uso de recursos naturais é considerado sustentável à medida que não esgota os estoques naturais nem altera de forma radical e definitiva os ciclos ecológicos que garantem a sua reprodução.

² Grupos: Kayapó, Timbira, Xacriabá, Xavante, Xerente, Apinayé, Suyá, Rikbatsá, Kreen-Akarôre, Bororo, Guató, Ofayé, Kaingang, Xokleng e outros.

³ Estudiosos do tema, entre agrônomos, sociólogos e antropólogos, como Rueda (1995), Saywer, Ree e Pires (1997), Shiki (2000), Silva (2001) e Toledo (1996), para citar alguns, defendem a compatibilidade entre os propósitos de conservação ambiental e as práticas agroextrativistas, que constituem a tradi-

Contudo, o processo de ocupação do bioma Cerrado, nas últimas décadas, tem deflagrado dinâmicas diversas de degradação ambiental, com perda da biodiversidade (de fauna e flora), escasseamento e contaminação dos recursos hídricos e erosão do solo, afetando diretamente às suas comunidades, habitantes históricas do bioma que testemunham, dia a dia, a diminuição dos seus meios de vida.

Em razão do desenvolvimento de técnicas de manejo e correção do solo, topografia favorável, baixo custo da terra, proximidade em relação a grandes centros consumidores e uma rede de estradas suficiente para o escoamento da produção, a área nuclear do Cerrado apresenta excelentes condições para o avanço da fronteira agropecuária. Desse modo, nos últimos 30 anos, grandes extensões de áreas nativas foram convertidas para a agricultura e a pecuária comercial e exportadora, com fortes subsídios governamentais (Nogueira e Pires, 2003).

Além da expansão da fronteira agropecuária, outros processos ameaçam a conservação desse bioma e estão, na verdade, a ele associados. São grandes projetos de infra-estrutura, como construções de barragens, estradas e hidrovias, empreendidos para viabilizar a produção agropecuária e seu escoamento, especialmente de grãos para exportação.

O sistema de produção intensivo de grãos e carne que predomina em grande parte do território de abrangência desse bioma, além de gerar profundo impacto sobre o meio ambiente, tem contribuído para o incremento do êxodo rural. Ele concentra terras e desestrutura as pequenas unidades rurais de base familiar, seja pela ruptura do equilíbrio ecológico ou pelo confinamento dessas unidades entre as cercas das grandes fazendas.⁴ Trata-se de um sistema que tem pouca capaci-

ção produtiva de populações que historicamente habitam o meio rural brasileiro, em especial em áreas de Cerrado e Amazônia. As características do sistema agroextrativista e as razões para considerá-lo ambientalmente sustentável serão apresentadas adiante.

⁴ As monoculturas extensivas afetam também o equilíbrio ambiental de terras indígenas, frequentemente avançando sobre suas fronteiras, desrespeitando a legislação e ameaçando a segurança alimentar e saúde de povos indíge-

dade de absorção de mão-de-obra e não resulta na geração de riqueza ou na dinamização da economia, seja no nível regional ou local, já que está voltado para a exportação de produtos primários e fortemente subordinado ao poder e aos interesses de corporações transnacionais ligadas ao setor agroindustrial (Guimarães e Leme, 1998; Shiki, 2000).

Segundo Silva (2001), a análise de dados dos Censos Agropecuários de 1985 e 1995 permite inferir que cerca de 5,5 milhões de ocupações em atividades agrícolas foram eliminadas com o avanço desse moderno sistema agropecuário. De acordo com o levantamento realizado numa parceria entre a *Food and Agriculture Organization* – FAO e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra (1996), a agricultura familiar ocupava 13,8 milhões de pessoas no final de 1995, de um total de 17,3 milhões ocupadas nas atividades agrícolas no Brasil, ou seja, 76,8% deste total. Contudo, a região Centro-Oeste, que concentra maior extensão do bioma Cerrado, apresenta o menor percentual, relativo ao total de agricultores familiares no Brasil, revelando um quadro de perda de preponderância desse modelo na região.

Para diversos estudiosos do tema e atores sociais engajados na causa ambiental, a agricultura familiar⁵ e, especialmente, o sistema agroextrativista familiar revelam-se ambientalmente mais apropriados em face das metas de conservação, visto que se caracterizam por uma produção de pequena escala, além de bastante diversificada, consorciando várias espécies e cultivos e o aproveitamento de espécies nativas, o que acaba por implicar uma baixa interferência nas dinâmicas dos ecossistemas. Além disso, empregam pouco ou nada em termos de insumos externos à unidade e produzem poucos dejetos.

nas, dado o desmatamento, a contaminação das águas e o escasseamento das espécies de caça tradicionais desses povos.

⁵ A categoria de agricultura familiar é aqui entendida, genericamente, como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Portanto, refere-se a uma estrutura produtiva que associa família, produção e trabalho.

“Agroextrativismo” é uma categoria derivada do movimento social amazônico e da luta pela defesa das populações extrativistas e de seu acesso aos recursos da floresta, especialmente os seringueiros, a partir da década de 1970, diante da ameaça do avanço da fronteira agropecuária sobre a região. O foco, antes restrito às práticas de coleta de produtos naturais, notadamente os não-madeireiros para fins medicinais, alimentares e comerciais (como o caso do látex), pouco a pouco, abre-se para uma concepção mais abrangente de extrativismo, como um sistema familiar de produção, incluindo atividades de cultivo e criação de animais.

Como aponta Rueda (1995: 3), a atividade extrativa (abrangendo a coleta de produtos naturais de origem mineral, animal ou vegetal) tem sido uma constante na história econômica do Brasil, desde a colonização portuguesa. Uma sucessão de ciclos extrativistas, do pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) ao ouro, da borracha (*Hevea brasiliensis*) ao petróleo, marcou o tempo e o compasso da economia brasileira.

Contudo, o extrativismo de base familiar guarda características especiais, que dizem respeito à sua pequena escala e à integração que mantém com atividades de produção agrícola e com a criação de gado e pequenos animais, dedicadas à subsistência e à venda de seus poucos excedentes. O termo agroextrativismo visa, portanto, expressar as especificidades desse sistema de produção, que conjuga a coleta de recursos da biodiversidade nativa à geração de produtos por meio do cultivo e da criação de animais, típicos da agricultura familiar.

O agroextrativismo poderia, assim, ser definido como uma modalidade de agricultura familiar e, no extremo, todas as unidades de agricultura familiar contam com uma parcela maior ou menor de extrativismo na composição da produção.⁶ Por essa razão, descrever, mesmo

⁶ Instituições com tradição na realização de estudos e censos sobre a produção rural, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) ainda não adotaram “agroextrativismo” como categoria oficial de análise ou classifi-

que genericamente, uma unidade de produção agroextrativista, em termos da participação percentual do extrativismo e de quais as espécies nativas utilizadas e produtos gerados, é uma tarefa bastante difícil, dada a incrível variedade de combinações possíveis. Os fatores que determinam essa variabilidade vão desde a distribuição das espécies até a tradição e conhecimento sobre a coleta e uso(s) dos recursos nativos e cultivados, o histórico de ocupação de cada região, o mercado, entre outros.⁷

Grosso modo, os setores da população rural que mantiveram essa prática no Brasil são setores descapitalizados que foram pouco ou nada influenciados pelo modelo tecnológico conhecido como “Revolução Verde”, amplamente difundido pela extensão rural brasileira e que envolve o uso de insumos químicos, variedades de sementes melhoradas e mecanização intensiva em atividades agrícolas. Embora o pacote se dirigisse majoritariamente aos grandes produtores, numa política de agroindustrialização maciça de fronteiras agropecuárias,

ção. O IBGE oferece dados estatísticos da Produção Extrativa Vegetal (PEV) e da Produção Extrativa Vegetal e da Silvicultura (PEVS), cujas últimas séries foram produzidas em 1993. Entretanto, há inúmeras lacunas nesses censos, que não incluem os nomes científicos das espécies vegetais (o que é relevante para alguns produtos, como o palmito, que pode ser extraído de diversas espécies), bem como não são levantados dados sobre muitos frutos nativos e sobre a maior parte das plantas medicinais que são utilizadas de forma tradicional ou experimental em muitas comunidades (Saywer, Ree e Pires, 1997). Desse modo, não há dados que permitam estimar a importância relativa do agroextrativismo, no campo mais amplo da agricultura familiar. Essa, por sua vez, representa 85,2% do total de estabelecimentos rurais, baseados em 30,5% da área total do país e com responsabilidade por 37,9% do Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária brasileira.

⁷ Num mapeamento do agroextrativismo realizado, somente no Tocantins, em 2003, foram identificadas oito diferentes possibilidades de arranjos produtivos, com base na combinação de produção agropecuária e diversas cadeias produtivas estruturadas sobre o extrativismo vegetal e animal, já presentes nos diferentes pontos do estado, como babaçu, capim dourado, diversas outras espécies nativas produtoras de frutos, fibras, palha (macaba, buriti, jatobá etc.), pesca artesanal, apicultura e meliponicultura (Nogueira et al., 2003).

especialmente na região Centro-Oeste (Guimarães e Leme, 1998; Shiki, 2000), ele influenciou também médios e pequenos produtores na incorporação de adubos químicos e agrotóxicos e, mais recentemente, de sementes melhoradas na agricultura. Mas as populações que se mantiveram total ou parcialmente fora desse modelo conservaram formas produtivas baseadas largamente no extrativismo de recursos naturais e na força de trabalho familiar para manutenção da roça e da criação de pequenos animais de granja.

Recentemente, outras características, valores e significados foram sendo agregados à categoria “agroextrativismo”, atribuindo-lhe novos sentidos políticos, dentre os quais destacam-se as expectativas quanto ao seu potencial como alternativa de produção sustentável. Antes tido como uma forma “primitiva” ou “atrasada” de exploração econômica dos recursos naturais, o agroextrativismo tem sido crescentemente valorizado e estimulado por atores governamentais e não governamentais empenhados em promover alternativas de uso sustentável e conservação ambiental. Para exemplificar, programas governamentais como o Programa Brasileiro de Proteção das Florestas Tropicais, por meio de seu Subprograma de Projetos Demonstrativos (PD/A), a Coordenadoria de Agroextrativismo, da Secretaria de Coordenação da Amazônia, e o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), todos vinculados ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), apóiam e estimulam o desenvolvimento de projetos comunitários que integram atividades de resgate, valorização e difusão de práticas agroextrativistas e agrofloretais, como estratégia para a conservação *in situ* da biodiversidade. Programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), orientados para trabalhadoras/es rurais e assentadas/os rurais da reforma agrária, também têm adotado essa perspectiva. Além dos atores governamentais, inúmeras organizações não governamentais (ONGs), que prestam assessoria técnica a comunidades e movimentos sociais em todo o país, compartilham da mesma perspectiva que tem se constituído na mais nova ideologia em torno do desenvolvimento local associado à prudência ambiental. A orientação geral

desses programas e ações é promover a permanência dessas populações no meio rural e formular novos modelos produtivos que conciliem desenvolvimento e a conservação *in situ* da biodiversidade, entre outros serviços ambientais passíveis de serem prestados nesse contexto. A expectativa é a de que, fixados em suas terras, desenvolvendo uma economia baseada em atividades compatíveis com a manutenção da mata em pé, os produtores agroextrativistas mantenham-se como focos de resistência ao avanço crescente das frentes de expansão agropecuária.

Tais iniciativas governamentais e não governamentais revalorizam o (pequeno) rural, agora, como *locus* estratégico para o desenvolvimento de modelos alternativos de produção, que considerem critérios de sustentabilidade ambiental, entre os quais, o agroextrativismo figura com destaque. Essas iniciativas são freqüentemente reforçadas por mecanismos internacionais de cooperação bilateral e multilateral e são políticas informadas pelo paradigma do desenvolvimento sustentável, uma categoria polissêmica, cujos sentidos ainda são fortemente disputados pelos diversos atores sociais que atuam no campo socioambiental.⁸

No Cerrado, a ênfase no agroextrativismo, assim como noutros processos paralelos, como alternativa para a reprodução social do campesinato e resistência ao processo de devastação ambiental, tem forjado novas identidades rurais, num processo de ressignificação do próprio espaço rural, agora fortemente associado à natureza e aos processos naturais. Nesse contexto, atribui-se ao camponês (o pequeno produtor rural) a função de guardião da natureza e dos saberes tradicionais a ela associada. Essa revalorização simbólico-cultural do rural e, mais especificamente, do pequeno rural e suas tradições e saberes tem sido

⁸ A noção de campo de Bourdieu (1983) ajuda a compreender esse espaço de sociabilidade onde se produzem discursos e práticas específicos, a partir da interação dos indivíduos, grupos e instituições que por ele transitam. Os discursos e práticas assim consolidados são compartilhados por esses agentes, mas não redundam numa identidade social. Além de multifacetado, um campo carrega disputas internas de toda ordem.

acompanhada, contudo, por uma série de intervenções e políticas orientadas para uma maior diversificação produtiva e ocupacional dos produtores, o manejo dos recursos naturais utilizados, a verticalização dessa produção e a entrada no mercado regular. Essa orientação tem implicado, portanto, na aquisição de novos conhecimentos e habilidades, na incorporação de elementos discursivos e estratégias originados no campo socioambiental, para o estabelecimento de trocas intensas, em diferentes níveis, local, regional, nacional e, por vezes, até internacional, com atores também diversos que atuam nesse campo. Em última análise, remete a processos de mudança social nesse meio (pequeno) rural, orientados por certa modernização de suas práticas e discursos.

O presente artigo pretende demonstrar essa hipótese de mudança social e, quiçá, contribuir para o debate travado em torno do tema, a partir da análise de dados relativos à produção e comercialização agroextrativista no Cerrado oriundos de um levantamento realizado em 2001. Como se poderá ver adiante, os dados revelam os potenciais, limites e contradições desse processo de mudança.

O programa de pequenos projetos

Entre os atores sociais atuantes no campo socioambiental do Cerrado, o Programa de Pequenos Projetos (PPP) adquire posição de destaque, tendo apoiado grande parte das experiências hoje consideradas demonstrativas do potencial dessa associação entre desenvolvimento local comunitário e conservação ambiental do bioma.

Para esclarecer, o PPP é a versão brasileira do *Small Grants Programme*, uma linha de apoio a projetos cuja criação foi proposta por ONGs presentes na Rio 92⁹ ao Conselho do Fundo para o Meio Ambiente Mundial – tradução do original em inglês *Global Environment Facility* (GEF) – com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desen-

⁹ O nome oficial da Rio 92 foi Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

volvimento (PNUD). Nas palavras de Sarah Timpson (GEF, 2001: 5), “ex-gerente global” do programa,¹⁰ o PPP é um “filho” da Rio 92. Timpson refere-se às proposições de desenvolvimento sustentável, revalorização das experiências locais e ao papel de destaque que a sociedade civil veio assumindo crescentemente, nesse campo de interação com a cooperação internacional e Estados nacionais em torno do desenvolvimento integrado a metas de conservação ambiental (Nogueira, 2001).

O PPP concede pequenas doações a organizações não governamentais e organizações de base comunitária para a execução de projetos que promovam meios de vida sustentáveis, no caso do Brasil, localizados no Cerrado, bioma que foi definido como foco do PPP no país. A cada projeto são concedidos até US\$ 30 mil, para execução em até dois anos. Criado em 1994 no Brasil, o PPP já apoiou 154 projetos, até o seu décimo edital lançado em 2004. As iniciativas apoiadas referem-se a:

- Extrativismo e processamento comercial de plantas medicinais, flores e frutas nativas do Cerrado;
- Criação de animais silvestres;
- Manejo e conservação do solo e de nascentes;
- Ações para o uso controlado do fogo e combate a incêndios;
- Capacitação para geração de renda em atividades como ecoturismo;
- Uso de energia solar;
- Criação de abelhas nativas e européias.

O PPP é coordenado pelo escritório local do PNUD a partir da estratégia nacional definida pelo seu Comitê Gestor Nacional (CGN). O CGN é composto por representantes de dez instituições, entre entidades governamentais, não governamentais, internacionais e acadêmicas. A Coordenação Técnico-Administrativa (CTA) do programa está a cargo do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), que como tal é responsável pela divulgação, análise preliminar dos projetos, encaminhamento ao CGN e acompanhamento e avaliação dos projetos.

¹⁰ *Global manager* é o termo usado no PPP para a pessoa que ocupa o cargo com maior poder de decisão, coordenação e gerenciamento do programa.

A quase totalidade das experiências, cujos dados de produção e comercialização são analisados neste artigo, contou ou conta com o apoio do PPP para o seu desenvolvimento. Essas experiências de produção foram expostas no I Encontro e Feira dos Povos do Cerrado, oportunidade também em que os dados foram coletados.

I Encontro e Feira dos Povos do Cerrado

O I Encontro e Feira dos Povos do Cerrado foi realizado entre 18 e 21 de outubro de 2001 na cidade de Goiânia (GO), por meio de uma parceria entre a Rede Cerrado de Organizações Não Governamentais (Rede Cerrado),¹¹ a Prefeitura Municipal de Goiânia, o PPP e outras ONGs e agências de apoio financeiro e técnico. O evento tinha como principais objetivos divulgar os resultados de iniciativas baseadas no uso sustentável do bioma Cerrado, congregar e celebrar comunidades e entidades representativas, atingir e sensibilizar a sociedade envolvente para a conservação ambiental, a equidade social e o consumo consciente, discutir questões relativas aos processos de produção e comercialização, promover negócios e contatos e visibilizar nacionalmente a causa do Cerrado.

Esse evento proporcionava uma oportunidade estratégica para conhecer melhor uma série de gargalos e dilemas que os produtores agroextrativistas vivenciam em suas regiões de origem. Assim, o ISPN, como coordenação técnico-administrativa do PPP, contratou a Socius, uma empresa de consultoria júnior em Sociologia da Universidade de Brasília, para realizar a coleta dos dados empíricos dessa pesquisa composta pelos quatro seguintes componentes: 1) Perfil produtivo dos

¹¹ Articulação política entre ONGs, entidades de base comunitária, como associações de produtores, sindicatos e movimentos sociais, que atuam e se identificam com a causa do Cerrado e suas populações. A Rede Cerrado foi criada em 1992, por ocasião da Rio 92, um período de grande efervescência para o setor não governamental, especialmente para as entidades ligadas à temática ambiental. A Rede Cerrado não se constitui numa figura jurídica, mas numa articulação informal e de caráter político entre entidades.

expositores; 2) Levantamento de vendas no evento; 3) Avaliação do evento pelos seus participantes e 4) Perfil dos consumidores presentes no evento. Este artigo focalizará os resultados encontrados para o primeiro componente.

Pesquisa sobre o perfil produtivo: conhecer para melhor apoiar

Há um interesse, por parte de ONGs e demais instituições que atuam como atores de apoio financeiro e técnico, em sempre conhecer melhor as circunstâncias dos projetos que têm como missão a conservação e o uso sustentável, especialmente aqueles que lidam com a produção e a comercialização. Nesse contexto, o PPP tem o intuito de conhecer para melhorar o apoio. Como há também uma certa dificuldade em acessar e sistematizar essas informações, a pesquisa sobre o perfil produtivo foi idealizada no sentido de começar a compensar essa lacuna, aproveitando um evento em que vários dos mais importantes expoentes de iniciativas deste tipo estiveram reunidos. Ademais, a pesquisa serve como um primeiro censo e não constitui uma amostra, porque os grupos reunidos são altamente representativos do campo socioambiental do Cerrado.

O questionário utilizado foi elaborado com base na experiência do ISPN na execução do PPP, na sua participação em atividades da Rede Cerrado e na I Mostra de Produtos do Uso Sustentável do Cerrado, experiência-piloto que aconteceu entre 9 e 11 de junho de 2000 em Brasília. Esse questionário visou, por um lado, contemplar as entidades presentes no evento em Goiânia, em termos de produtos e serviços, e, por outro lado, conhecer os vários produtos de uma mesma entidade. Uma primeira versão desse instrumento foi submetida a um pré-teste a fim de revisar questões mal formuladas ou ambíguas. Para tanto, duas entidades foram entrevistadas por telefone. Durante os quatro dias do evento em Goiânia, seis aplicadores da Socius distribuíram entre si as 61 entidades que integraram o censo. Eles identificaram a pessoa que melhor conhecia o processo produtivo da entidade, apresentaram os objetivos da pesquisa, marcaram o melhor momento

para realizá-la e aplicaram o questionário, que levou, em média, 40 minutos para ser respondido. Os dados foram tabulados pela Socius e são, neste artigo, analisados e divulgados pela primeira vez.

Características da produção e da comercialização

As entidades participantes do evento provinham, majoritariamente, dos estados de Goiás, Minas Gerais, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso do Sul. Esta distribuição se deve tanto à presença maciça do Cerrado nesses estados quanto à existência de experiências produtivas relativamente consolidadas nos mesmos, a ponto de terem produtos para exposição e venda durante o evento. Representam, portanto, o universo das experiências mais avançadas de produção comunitária e sustentável no Cerrado. Deve-se também mencionar que os estados representados no evento são aqueles em que a Rede Cerrado mais tem capilaridade.

A forma de organização das entidades expositoras é, em quase metade dos casos, a associação de produtores, seguida por um quinto de ONGs e uma minoria de sindicatos e cooperativas. Este dado se explica pela própria natureza do evento: uma feira de exposição de produtos. As ONGs desempenham um papel importante na estruturação das experiências de produção comunitária e sustentável, mas na condição de assessoras e não de produtoras diretas, o que explica a predominância de associações de produtores no universo da pesquisa.

É interessante também notar a predominância de associações sobre as cooperativas de produção. Segundo a legislação, as associações são organizações civis sem fins lucrativos e, portanto, não são legalmente habilitadas à comercialização. A sua predominância no universo de entidades expositoras na Feira pode indicar incipiência social e organizativa na comercialização, ou seja, um predomínio de grupos ainda pequenos e insuficientes em número e organização para constituírem cooperativas, superando assim os constrangimentos legais à venda de seus produtos. Por outro lado, a relativa informalidade dada ao “ne-

gócio”, já que as associações estão impedidas de realizarem legalmente suas vendas, pode ser uma opção consciente por parte das comunidades, por temerem as dificuldades burocráticas e ônus fiscal que decorrem da formalização comercial. Por exemplo, do universo pesquisado durante a Feira, somente 31,1% das entidades declararam emitir nota fiscal. Há também, entre os produtores, uma precaução com estruturas cooperativas, por serem estas consideradas estruturalmente complexas e onerosas.

Outra hipótese a ser vista, para explicar a predominância de associações, é a de que, normalmente, elas correspondem aos primeiros agrupamentos de interesse de base local, ou seja, são por excelência a primeira forma de organização comunitária. A sua constituição muitas vezes também facilita o diálogo e trabalho em conjunto com as ONGs de assessoria e dá alguma institucionalidade a essas relações, organizando-as. Por isso, é frequentemente estimulada a constituição das associações (de bairro, de produtores, de assentados), que acabam sendo as estruturas mais permeáveis à ação e ao discurso das ONGs e demais atores que atuam no campo socioambiental.

Um dado muito importante levantado pela pesquisa é a finalidade das entidades: 70% definiram seu trabalho como socioambiental e 30% como social, ambiental e/ou comercial. A organização destas entidades é relativamente recente, sua grande maioria sendo formada a partir da década de 1990. Isto pode ser explicado, em parte, pela crescente oferta de apoio institucional, financeiro e logístico de políticas públicas, ONGs e agências de fomento internacional que se deu a partir da consolidação do processo de redemocratização do país e pelo *boom* da temática ambiental.

As entidades ofereceram na Feira principalmente alimentos (78,7%) e artesanato (67,2%). Produtos fitoterápicos (36,1%) e serviços de ecoturismo (16,4%) também foram encontrados, mas em menor número. Estes dois últimos números são menores porque, embora tenham vínculos fortes com a conservação ambiental e a geração de renda, as

plantas medicinais sofrem com um maior rigor da Vigilância Sanitária, o que se constitui num sério entrave legal para sua produção e comercialização, e o ecoturismo não poderia ser gozado durante a Feira porque os atrativos turísticos estão localizados nas regiões de origem dos expositores. Este artigo, portanto, irá concentrar sua atenção na produção e comercialização de alimentos e artesanato, dada a representatividade destes no evento e por se tratarem de importantes substratos da produção agroextrativista.

Para exemplificar a diversidade de subprodutos do agroextrativismo que estiveram à venda no evento, nos estandes das entidades expositoras se podia encontrar uma grande variedade de polpas de frutas nativas do Cerrado congeladas; amêndoas de baru¹² torradas ou moídas, como farofas doces e salgadas; doces, geléias, conservas, *chutneys* a base de frutas nativas e cultivadas em sistemas agroecológicos; farinha de babaçu,¹³ sabão, óleo e toda uma série de subprodutos do coco e da palha, inclusive artesanato (colares, brincos, balaios, abanadores); mel e demais subprodutos da apicultura e da meliponicultura (manejo de abelhas nativas, sem ferrão). Artesanatos diversos também eram encontrados, com base em madeira, sementes, palha e flores nativas: gamelas, cestos, esteiras, esculturas, cocares, tipitis, arranjos florais, ornamentos como braceletes, brincos, colares, entre outros.

O instrumento de coleta de dados especificou dez categorias de análise para esses produtos: local de trabalho, práticas de produção, matéria-prima e insumos, produtividade, embalagem e rótulos, certificações e licenciamento,¹⁴ propaganda, comercialização, administração dos negócios e sustentabilidade. Detalhar as informações que surgem

¹² Espécie de coco nativo (*Dipteryx alata*) cuja amêndoa tem sabor similar ao do amendoim, bastante apreciado.

¹³ Espécie de coco nativo (*Orbignya sp*) de áreas de transição entre o Cerrado e a Floresta Tropical Amazônica.

¹⁴ As duas categorias, embalagem e rótulos e certificações e licenciamento, serão agrupadas num mesmo tópico por serem bastante relacionadas.

das 191 questões do questionário não condiz com o escopo do presente texto; então, a seguir, serão destacados os dados principais para que seja possível vislumbrar o perfil dessa produção e relacioná-la com os processos de mudança social observados nesse universo.

Local de trabalho

Um pouco mais da metade das entidades entrevistadas possui uma instalação própria para conduzir a produção. Geralmente, a unidade de beneficiamento é pequena, cerca de poucos metros quadrados, e conta com um cômodo para recebimento e limpeza da matéria-prima, outro para seu processamento e um específico para a embalagem e etiquetagem dos produtos finais. Este terceiro cômodo pode funcionar, às vezes, também como escritório ou, em casos um pouco mais abastados, há uma saleta própria tanto para a secretaria, com computador, máquina de escrever, arquivos, como para a “vitrine” da produção, onde estantes e prateleiras exibem potes de doces e conservas, pacotes de farinha e farofa etc. O processamento conta com a infraestrutura de uma cozinha bem equipada: fogão industrial, despolpadeira, geladeiras e/ou *freezers*, bancadas de inóx, paredes azulejadas, forro de teto paulista, telas nas janelas etc. Há também banheiros feminino e masculino para higiene pessoal e colocação de uniformes.

Enquanto isso, a outra metade está produzindo alimentos em cozinhas domésticas, áreas de serviço, galpões cobertos de zinco e sem paredes nem bancadas próprias, pátios e quintais nos fundos das casas, cozinhas emprestadas (de escolas, igrejas, empresas vizinhas) etc. Este número é alto se informalidade e improvisado significarem necessariamente padrões relativos de higiene. Além disso, pouco provavelmente tais grupos irão ser capazes de ampliar a produção e atingir mercados maiores se não cumprirem minimamente os requisitos sanitários exigidos.

Daqueles que contam com uma unidade de beneficiamento, 3/4 receberam algum tipo de assistência técnica para sua instalação. Esses

técnicos foram disponibilizados, principalmente, por ONGs ou órgãos públicos. Mas muitos eram profissionais contratados por projetos específicos executados pelas próprias entidades. Há também casos de técnicos de universidades da região, pastorais de igreja e da própria comunidade local. A variedade de técnicos e parcerias que essas comunidades lograram ilustra a diversidade de arranjos possíveis na constituição dessas experiências de produção comunitária e sustentável. A partir das interações com atores diversos com que firmam relações de parceria, as comunidades vão adquirindo novas habilidades técnicas e burocráticas, mas especialmente um novo repertório discursivo, constituído por idéias e vocabulários próprios do campo socioambiental.

Do universo total, 3/4 das entidades consideram suas instalações adequadas ou relativamente adequadas para o funcionamento. Tal dado deve ser tomado em perspectiva porque metade desse grupo já havia recebido a visita de um fiscal da Vigilância Sanitária que apontou exigências ou recomendações para que a instalação pudesse receber o alvará de funcionamento e pudesse, só assim, ser utilizada. Desse modo, consideram o local adequado porque, seja pela visita e pela assistência técnica, seja pela capacitação endógena, o grupo já conhece a legislação sanitária e já se adequou, com reformas e construção, ao estabelecido.¹⁵ O interessante é que, apesar daqueles grupos com unidades produtivas conhecerem a legislação e, destes, 85% já contarem com um alvará sanitário, metade não considera a legislação sanitária adequada. Os motivos observados foram a inadequação destas regulamentações para a produção comunitária de pequena escala, a falta de recursos para atender às exigências, a burocracia, a falta e/ou confusão de informações, a rigidez do órgão fiscalizador e o pouco incentivo fiscal para o funcionamento. Tal crítica mostra que, apesar de pe-

¹⁵ Os entrevistados destacaram que azulejos, forros, esgoto, uniformes, telas nas janelas, limpeza externa e interna, equipamentos, ventilação e extintor foram algumas das recomendações mais comuns que tiveram que ser trocadas, inseridas, adaptadas.

quenos e distantes dos centros de produção convencionais, esses produtores conhecem, em detalhes, os melindres, as instâncias e as hierarquias envolvidos com o espaço da produção.

Práticas de produção

Nessas produções, a grande maioria usa vestimentas/acessórios próprios (como toucas, luvas, máscaras, por exemplo), adota medidas de higiene (como a lavagem das mãos, a esterilização dos utensílios, a amarração dos cabelos, a limpeza dos sapatos, por exemplo), conta com um técnico para orientar o processo produtivo (como, principalmente, agrônomo, engenheiro florestal, biólogo), possui forma rotineira de registro (de matéria-prima, envasamento, produção e manipuladores, principalmente) e prescinde da mão-de-obra infantil (mas não mão-de-obra adolescente). Portanto, de uma forma geral, esses grupos estão aplicando as informações básicas a que tiveram acesso, já que quase 70% receberam capacitação específica via instituições não governamentais, técnicos autônomos, universidades, hospitais e sindicatos. Um dado interessante, porém, é que, apesar de estarem expostos a essa lógica, em que o saber tecnológico media a produção, 82% do processo de produção é realizado de forma compartilhada ou mista (com momentos de trabalho compartilhado e momentos de trabalho em série). Isto quer dizer que tais grupos preferem reunir-se em cozinhas comunitárias, salões de igreja, galpões ou quintais para, juntos, percorrerem todas (ou as principais) etapas da produção, ao invés de atomizarem-se em suas casas ou lotes para produzir uma etapa da série produtiva ou responsabilizar-se por toda a produção individual. O processo produtivo mantém-se eminentemente comunitário e compartilhado.

A transformação de produtos primários não é novidade para as famílias de pequenos produtores. Como destaca Prezotto (1999), é parte da tradição do meio rural a produção de doces, licores e conservas, tanto para consumo familiar, como para um comércio local e informal desses produtos. No entanto, ao pretenderem ampliar a escala dessa pro-

dução, organizando-se para atingir mercados mais rentáveis, recaem sobre essa produção exigências marcantes de higiene, definidas pelos serviços de inspeção e fiscalização da qualidade dos alimentos.

Além de aspectos relacionados às instalações, a inserção no mercado formal de alimentos coloca novas exigências, quanto aos procedimentos de transformação da matéria-prima, para os pequenos produtores. É verdade que a adoção de novas práticas para o controle de impurezas e a maior conservação dos produtos ajuda, muitas vezes, as famílias de produtores a incorporarem, em seu cotidiano, noções de higiene que constituem um fator de melhoria da qualidade de vida dessas populações. Todavia, impõe também mudanças estruturais para a unidade produtiva e a adoção de procedimentos que não se dão sem conflitos, seja no nível das práticas seja no das representações simbólicas (Nogueira, 2001). Os produtos, antes feitos de maneira absolutamente artesanal – muitas vezes em sistema de mutirão, como ainda revelam os dados mencionados anteriormente –, precisam agora ajustar-se a novos padrões de higiene.

As novas exigências de qualidade, homogeneidade e limpeza exercem forte pressão sobre lógicas tradicionais, sobre um “saber fazer” transmitido de uma geração para a outra, num legítimo processo de reprodução social. Esse “saber fazer” é, portanto, parte de um *habitus*, no sentido que Bourdieu (1982; 1989) atribuiu ao termo, de conhecimentos adquiridos, dispersos e pouco formalizados, mas que indica uma disposição incorporada, quase postural dos sujeitos. Naturalmente, esses produtores enfrentam dificuldades de adaptação às novas exigências colocadas pela legislação sanitária. De algum modo, essas mudanças condicionam a inserção dos produtores em padrões de modernidade, num franco processo de adaptação das suas práticas de produção às normas de homogeneização colocadas pelo paradigma da “fábrica” (Nogueira, 2001).

Matérias-primas e insumos

Por outro lado, os dados demonstram que há uma clara preocupação com a origem das matérias-primas envolvidas nos alimentos e artesanatos encontrados na Feira. Havia produtos originados do extrativismo vegetal (82%), animal (57,4%), de agricultura ecológica (59%) e de agricultura convencional (32,8%). Em sua maioria, essas matérias-primas são produzidas e/ou coletadas localmente, no mesmo município, pelos próprios produtores e, quando plantadas, em geral seguem os ditames da agroecologia, isto é, prescindem de adubos químicos e agrotóxicos, revelando um alto grau de introjeção dos parâmetros de sustentabilidade ambiental, manifesta de forma consistente e consciente pelos produtores entrevistados. Vale notar que o processo de coleta de matérias-primas, em 60% dos casos, é realizado individualmente, e não socialmente organizado (forma que poderia desonerar a produção). A água utilizada na produção tem origem variada: metade dos produtores recebe água pela rede pública de abastecimento, ao passo que 19% usam os mananciais, 17%, poços artesianos e 10%, cisternas. Cerca de 95% dessa água é filtrada, fervida ou clorada. Os resíduos da produção ainda são um problema pouco discutido, já que somente pouco mais de 40% dos grupos entrevistados reciclam o lixo gerado¹⁶ e, daqueles que reconhecem que geram descartes nocivos para o meio ambiente, 75% não lhes conferem qualquer tratamento especial. Esse último dado talvez indique que a motivação maior dos produtores para a incorporação de parâmetros de sustentabilidade ambiental ainda é o potencial econômico atribuído à “produção limpa”. Portanto, a grande maioria não revela visão sistêmica sobre a ca-

¹⁶ Esses 40% transformam o lixo em adubo, outros produtos comercializáveis (como artesanato, por exemplo) e alimento animal. O lixo também é doado, separado, queimado ou enviado para estações de tratamento. As práticas de reciclagem também podem ser nocivas, como no caso da queima (pela emissão de gás carbônico e risco de queimadas de áreas de proteção), da infiltração de toxicidade nos solos e mananciais e da contaminação pela reutilização de embalagens.

deia de interferências da produção sobre o meio ambiente, cuidando da coleta, cultivo e transformação, mas não dos seus refugos.

Produtividade

Todavia, o retorno econômico da produção e comercialização agroextrativista não é satisfatório para grande parte dos entrevistados, dos quais 57,9% admitem que a renda gerada pela produção é irregular e somente 50% acreditam que essa renda compensa, revelando um desacerto entre expectativas e a realidade imediata dessa produção. Parte da explicação para o baixo desempenho econômico do agroextrativismo se deve ao contexto de carência vivenciado pelos produtores, que dificulta o escoamento da produção, o acesso ao mercado, a melhoria da qualidade dos produtos e de sua apresentação, de modo a agregarem mais valor e se tornarem mais atraentes ao consumidor. A Tabela 1 apresenta as principais dificuldades para manutenção da regularidade na produção, segundo a percepção dos produtores.

Tabela 1. Dificuldades apontadas para regularização da produção, 2004

| Dificuldades | % |
|---|------|
| Falta de capital de giro | 91,7 |
| Falta de apoio do poder público local | 85,0 |
| Deficiências no sistema de transportes | 68,3 |
| Escassez de matéria-prima e infra-estrutura | 58,3 |
| Insuficiência de mão-de-obra treinada | 55,0 |
| Falta de conhecimentos técnicos | 50,0 |

Fonte: Socius, Empresa de Consultoria Júnior em Sociologia, (UnB) e Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), 2004.

Façamos algumas observações sobre a tabela. Primeiro, como a produção e a comercialização agroextrativistas ainda não geram renda regular, os produtores não contam com uma mínima margem de lucro para reinvestir na produção e ampliar, aperfeiçoar, otimizá-la. Segundo, esses pequenos produtores não contam com linhas de crédito,

financiamento, políticas públicas e legitimidade apropriados para suas demandas e realidades. Terceiro, como em geral estão em áreas rurais distantes dos pólos urbanos, restam-lhes fantasmas de estradas de chão e de asfalto. Tal quadro de descaso compromete o fornecimento de matéria-prima, o escoamento da produção, a circulação de conhecimento e assistência técnica, a replicação de práticas de sucesso, a divulgação pela mídia. Quarto, o fornecimento da matéria-prima utilizada é ainda irregular e 41,2% das iniciativas ainda precisam conquistar unidades de beneficiamento, equipamentos, sede administrativa. Quinto, a mão-de-obra especializada nos centros universitários tende a preferir o meio rural como alternativa de trabalho. As dificuldades de adaptação são muitas e desestimulam jovens profissionais a “aventuras” idealistas. Os técnicos disponibilizados pelos órgãos competentes (Emater, Ibama, prefeituras etc.) tendem a priorizar o apoio aos grandes produtores. Sexto, além de não poderem contar com esses técnicos, os produtores têm pouco acesso a outras fontes de informação, cursos de capacitação e/ou formação técnica, para o desenvolvimento de tecnologias locais apropriadas por eles próprios para a sua realidade, não obstante o apoio de ONGs e outros parceiros. A baixa qualificação dos produtores agroextrativistas para as atividades de mercado se deve a carências que vêm de longa data, uma antiga dívida social que, hoje, onera essas experiências. Os fatores que influíram na formação desse quadro de carências estruturais dificilmente podem ser eliminados no curto prazo. Uma experiência de produção comunitária e sustentável pode ser um elemento de ativação de um processo de aprendizagem social que paulatinamente contribua para a superação dessas carências, mas não a sua solução definitiva. Alguns entrevistados apontaram ainda como desafios à produtividade: a baixa capacidade organizacional (45%), a irregularidade da produção (41,7%) e a alta perecibilidade da matéria-prima, especialmente no caso da produção alimentícia (40%).

Putnam (1996) destaca que o julgamento sobre o êxito ou o fracasso de uma iniciativa de transformação social e política de uma comuni-

dade local ou regional é fortemente condicionado pela noção que se tenha acerca do papel do Estado no atendimento às suas demandas por infra-estrutura e serviços, ou seja, pela noção que se tenha a respeito de qual é a parte que cabe ao Estado na promoção dessa transformação. Putnam estava se referindo a comunidades locais italianas e ao desempenho de suas novas instituições políticas, visando uma maior democratização nos processos de tomada de decisão, mas a afirmação vale no contexto de experiências de produção e comercialização agroextrativistas, considerando a influência que o contexto de carências no campo da saúde, educação, infra-estrutura (estradas, saneamento básico, fornecimento de energia elétrica) e de incentivos econômicos tem sobre seu desempenho. Os baixos níveis de escolaridade, saúde, cidadania, portanto, revelam uma incompletude no processo de alçamento dos produtores agroextrativistas à modernidade (Canclini, 2000). Ao se observar o conjunto das ações do governo brasileiro, em diferentes níveis (municipal, estadual e federal), para o desenvolvimento agrário e agrícola, torna-se evidente que a agricultura familiar ou agroextrativista não é privilegiada, mas preterida em face das grandes monoculturas e dos interesses do grande capital. Ações isoladas, como as existentes no Ministério do Desenvolvimento Agrário ou do Meio Ambiente, também não são suficientes frente às dimensões e complexidade do problema.

Embalagem/rótulos e certificações/licenciamento

Do total, 60% das entidades de produtores entrevistadas usam embalagens próprias para seus produtos. Em sua grande maioria, os rótulos oferecem informações sobre o produto (prazo de validade, peso líquido, data de fabricação, ingredientes e orientações de uso) e sobre o fabricante (nome, endereço e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do mesmo). Porém, poucos, somente 44% desse universo, incluem nos rótulos textos explicativos mais elaborados sobre o produto, a

comunidade e a filosofia socioambiental da iniciativa.¹⁷ Embora a causa socioambiental inspire tais produtos, somente 35,6% dos respondentes informaram que a embalagem utilizada é ecológica, isto é, feita de material reciclável e não tóxico. Além disso, para a elaboração desse rótulo, atestam que receberam orientações técnicas de organizações não governamentais, técnicos individuais ou universidades. As embalagens não são reutilizadas em 60,4% dos casos e são limpas em 85,1% dos casos via, especialmente, esterilização, lavagem ou fervura. Registro de autorização do Serviço de Inspeção Federal (SIF), do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Ministério da Saúde, bem como inscrição estadual, não consta na maior parte dos produtos comercializados na Feira em Goiânia. Quase todos os produtos foram vedados manualmente e não contam com lacre específico. E somente 11,7% dos casos possuem uma certificação orgânica.

Assim, apesar de reconhecerem a importância da apresentação do produto e de tentarem oferecer, dentro de suas possibilidades, a melhor embalagem e rótulo, ainda estão excluídos dos mecanismos oficiais de controle sanitário (no caso dos alimentos). Estes registros oficiais tendem a impor burocracia, custos e procedimentos que não foram elaborados visando o público em questão, e o acesso a tais registros tem sido, nesse grupo pesquisado, sucessivamente negado. A legislação não contempla a realidade do pequeno produtor rural, da atividade cooperativa, da escala circunscrita, da diversidade étnica, de linguagem, de público-alvo etc. Não são poucos os casos de embargo de unidades de beneficiamento e de produção, forçando os grupos a retrocederem em seu processo associativo e precisarem acumular capital financeiro e social para novamente tentar empreender sua produção.

¹⁷ Vale uma nota sobre o conteúdo destes textos. Na questão aberta sobre o *slogan*, os entrevistados associaram as seguintes idéias ao produto: benefícios ao meio ambiente (31,8%), benefícios à saúde (18,2%), socialmente correto (13,6%), feito artesanal (13,6%), agricultura familiar (9,1%), origem indígena (4,5%), persistência na iniciativa (4,5%), origem regional (4,5%).

Propaganda

A ponta mais frágil desses negócios é, definitivamente, a divulgação e a comercialização dos produtos. Como vimos anteriormente, há um melhor aprendizado das práticas de produção, da organização comunitária, da legislação sanitária. Como observaremos a seguir, resta se capacitarem para conquistar um mercado específico – sensibilizado, ou ao menos sensibilizável, para essa proposta. Quase 64% contam com uma logomarca própria para o produto. Mas, por outro lado, uma grande maioria ainda não atingiu os principais meios de comunicação, mesmo que locais, e opta por mídias mais baratas e que podem ser feitas por conta própria (como *folders*) e independentem de contatos/*lobby* em redações de jornal ou estações de rádio.

Tabela 2. Veículos de comunicação utilizados pelas entidades para a divulgação de produtos agroextrativistas, 2004

| Veículo de comunicação | % |
|----------------------------------|------|
| Folder | 42,6 |
| Material promocional | 36,1 |
| Cartazes ou painéis | 31,1 |
| Anúncio ou coluna em jornal | 26,2 |
| Catálogo de produtos ou serviços | 16,4 |
| Anúncio ou programa de rádio | 13,1 |

Fonte: Socius, Empresa de Consultoria Júnior em Sociologia, (UnB) e Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), 2004.

Comercialização

As questões acerca da comercialização indicam que tais produtos estão sendo vendidos diretamente aos consumidores (93,3%) e sem a intermediação de atravessadores, distribuidores ou representantes (71,7%). Como pontos de vendas, esses grupos contam com feiras li-

vres (56,7%), distribuição em lojas especializadas (56,7%), mercados locais não especializados (35%) e escritórios ou lojas próprias (31,7%). Assim, são os próprios produtores que, após colher e beneficiar a matéria-prima e embalar o produto, de forma igualmente cooperativa, colocam as caixinhas em seus carros, motos, picapes ou em lotações, ônibus de carreira, boléias de caminhão e vão até feiras e eventos locais (77,2% afirmaram que participam de, no mínimo, dez eventos de divulgação por ano). Deste modo, participam de toda a cadeia produtiva. Por um lado, isto garante que o valor agregado ao produto fique, quase em sua totalidade, dentro da comunidade. Por outro, como os dados revelam, esses produtores encontram dificuldades para atingir públicos mais distantes ou, o que seria ideal, nichos de mercados consumidores mais receptivos ao produto em questão, que existem, sobretudo, nas grandes capitais. Fica evidente como a abrangência é inversamente proporcional ao raio da produção: local (91,7%), regional (56,7%), nacional (36,7%), internacional (11,7%).

É preciso ressaltar que restringir a produção principalmente ao mercado local pode ser uma opção e não necessariamente uma incapacidade de crescimento. Além de não correrem maiores riscos em novos mercados, não sucumbem à principal consequência da entrada no mercado convencional: a impossibilidade de manter o caráter associativo, comunitário, compartilhado. Para darem conta de um fornecimento regular a lojas maiores e mais distantes, teriam que estabelecer uma rígida cadeia produtiva que tenderia a atomizar os indivíduos envolvidos. Talvez conseguissem manter o “ambientalmente correto” (se não exaurissem os recursos naturais com a pressão da produção), mas dificilmente continuariam “socialmente justos”. Assim, os dados indicam que esses grupos preferem conquistar o mercado local, que está longe de ter sido completamente seduzido e esgotado. Inclusive, esse é um dos grandes desafios de alguns grupos: terem seus produtos – alimentícios, artesanais, fitoterápicos e ecoturísticos – conhecidos e legitimados dentro de seus próprios municípios (na merenda escolar, nas mercearias de bairro, na decoração das festas da igreja, nos

jantares de casamento, nos roteiros de lazer, nos postos de saúde e consultórios particulares etc.).

Administração dos negócios

A administração desses negócios é feita de forma participativa em 83,6% dos casos, envolvem mulheres em 86,4% das vezes, mas somente 59% adotam práticas de registro (como, principalmente, livro-caixa, controle de movimento produtivo e financeiro, livro de controle de estoque e planilha de produção e venda). Apesar de a forma de distribuição dos resultados não estar prevista em estatuto na metade dos casos, quase 84% dos respondentes informaram que a divisão desses resultados é feita de forma proporcional. Isto significa que quem fornece mais matéria-prima, mão-de-obra, tempo e dedicação tende a ganhar mais. A renda é medida pela produtividade e não apenas repartida igual e aleatoriamente. E, talvez, o fato de os estatutos não preverem a forma de distribuição da renda seja uma estratégia para evitar engessar a produção e uma medida que admite uma flexibilidade orgânica no processo comunitário e produtivo.

Sustentabilidade

Apesar da renda ser irregular (57,9%) e do negócio ainda depender de financiamento para sua manutenção (53,4%), mais de 2/3 já conseguem fazer reinvestimentos no empreendimento. E é expressivo que, desses, metade realize de 76% a 100% de reinvestimento. Assim, tais iniciativas estão caminhando, mesmo que lentamente e com muitos desafios, na direção da sustentabilidade financeira. Contaram mais com financiamentos a fundo perdido (50%), como é o caso do PPP, do que com financiamentos reembolsáveis do governo, agências internacionais e bancos (27,9%). É preciso relativizar tal dependência do financiamento. Mesmo que um pouco mais da metade tenha assegurado a necessidade desse apoio, não fica claro, a partir dos dados levantados, se esse quadro reflete apenas a fase de implantação da iniciati-

va, até se estabelecer minimamente, ou se será mantido durante um longo período.

Considerações finais

Como destacado no início deste artigo, os dados aqui analisados referem-se a um contexto maior de mudança social, na interação entre pequenos produtores rurais, ONGs, governo, agências de cooperação internacional, no campo socioambiental. Geradas nesse campo, as concepções críticas à modernidade e seus padrões de produção e consumo justificaram uma revalorização e, em certa medida, uma nova idealização do mundo rural tradicional ou do pequeno rural. Esse mundo rural tradicional revela outras formas possíveis de habitar, produzir e conhecer o meio ambiente, sendo, portanto, *locus* para a aprendizagem e/ou resgate de uma relação considerada mais harmônica com a natureza. Nessa perspectiva, dá-se uma passagem do rural como eminentemente agrícola para um rural como espaço de natureza. E aos habitantes desse rural, pequenos produtores, ribeirinhos, indígenas e quilombolas, foi atribuído o papel de guardiães desse patrimônio natural e cultural.

Assim, o agroextrativismo de base familiar é um dos modelos de produção tradicionais que se destaca por apresentar uma boa relação custo-benefício referida ao baixo desgaste ambiental gerado e aos benefícios sociais obtidos. Desse modo, atores sociais diversos passam a estimular e apoiar as atividades agroextrativistas como uma alternativa à reprodução social de pequenos produtores rurais e à conservação ambiental diante do acelerado avanço da frente agropecuária.

A análise dos dados de produção e comercialização agroextrativistas evidencia o grau de internalização do discurso socioambiental e de padrões de modernidade entre produtores agroextrativistas que, tendo sido beneficiários de ações e programas de estímulo à produção, estiveram expondo seus produtos durante o I Encontro e Feira dos

Povos do Cerrado, em outubro de 2001.¹⁸ Contudo, os dados também revelam as tensões e limites da interação desses produtores com um outro mundo carregado de novos códigos e sentidos.

As ações de estímulo à produção agroextrativista, seja financiamento, seja trabalho de assessoria prestado pelas ONGs aos produtores, visam integrá-los aos processos agroindustriais e aos mercados mais convencionais. É nessa interação com espaços e lógicas que são estranhos aos produtores que surgem tensões e contradições. Não obstante a valorização da tradição e dos saberes a ela associados, o caminho que se tem seguido para promover e revalorizar o pequeno rural, tem sido o de uma certa modernização da prática e do discurso do pequeno produtor.

Vale destacar que todo esse movimento que dá origem ao campo socioambiental, em larga medida, coloca em questão a lógica de estruturação do mundo dada pelo capitalismo. Todavia, os produtores agroextrativistas têm sido estimulados a resistir, inserindo-se no mercado, uma inserção sempre difícil e que exige o aprendizado de habilidades específicas, que muitas vezes se chocam com a tradição. Além disso, e ainda que o agroextrativismo apresente custos menores de produção, na ordem competitiva do mercado eles enfrentam inúmeras dificuldades para se firmarem e alcançarem bom desempenho econômico.

O “sucesso” desses resistentes, portanto, depende de redes nacionais e transnacionais, de alianças com as ONGs e movimentos sociais locais, bem como do apoio do Estado. A conjugação de esforços desses diferentes atores vem, paulatinamente, promovendo mudanças nos padrões tecnológicos, com a adoção de práticas agroecológicas e técnicas de manejo nas atividades extrativistas, e contribuindo para a superação de algumas carências historicamente constituídas, de educação, formação profissional, infra-estrutura etc., ainda que de forma tímida, em face da extensão e profundidade dessas carências.

¹⁸ Devido ao seu sucesso, em termos de expectativas, desdobramentos e público, o evento se repetiu em outubro de 2002 e em setembro de 2003.

A inserção de pequenos produtores no campo socioambiental tem também implicado certo reenquadramento político dos produtores que passam a assumir essa missão de resistência e guarda da natureza e dos conhecimentos e práticas que constituem a tradição do pequeno rural em oposição à avassaladora expansão da grande produção agrícola. Nesse sentido, a idéia do “agroextrativista” como uma categoria política, uma identidade que vem se construindo no âmbito da Rede Cerrado, é exemplar dessa tendência e merece novas análises e estudos complementares. Essa identidade do agroextrativista, numa lógica contrastante, institui-se justamente na oposição ao grande, à produção moderna e altamente tecnicizada, geradora de degradação ambiental e desigualdade social. As experiências de produção comunitária e sustentável que estiveram expostas no I Encontro e Feira dos Povos do Cerrado caracterizavam-se, contrariamente, como pequenas, locais, artesanais e, em larga medida, baseadas em saberes e fazeres tradicionais dos produtores, organizadas coletiva e democraticamente e com cuidados relativos à natureza.

Como demonstrado neste artigo, essas experiências carregam a contradição de dinamizarem um processo de incorporação de elementos de modernidade à produção e ao discurso desses produtores, ao mesmo tempo em que buscam preservar suas tradições. As estratégias de agregação de valor aos produtos e estruturação do “negócio”, que implicam o ajustamento (ainda que incompleto) da produção e sua administração aos padrões de mercado, se impõem, paradoxalmente, como estratégias para promover a permanência dos pequenos produtores no campo. Isso porque visam gerar renda e promover uma nova inserção social desses produtores, revalorizando-os e atribuindo-lhes a missão social de protetores da natureza. Desse modo, iniciativas como o encontro e a feira realizados pela Rede Cerrado apostam também na ativação da simpatia e apoio de segmentos da população urbana a essas experiências, por se tratarem de segmentos sensíveis e identificados com os valores a que essas experiências estão associa-

das, como justiça social, sustentabilidade ambiental, respeito e valorização das tradições populares.

De algum modo, trata-se também de uma nova relação rural-urbano ou ainda produtor-consumidor, que vem se desenhando e que pode constituir-se em objeto de novos estudos e análises. O escopo deste artigo, contudo, restringe-se a contribuir na interpretação dos dados coletados no I Encontro e Feira dos Povos do Cerrado, tomados como representativos do processo de mudança social vivenciado por pequenos produtores (agroextrativistas), localizados no bioma Cerrado. Portanto, não houve aqui intenção de esgotar todos os aspectos desse processo, mas, sim, de aquecer o debate, oferecendo algumas interpretações e a proposição de questões sobre o tema em discussão.

Referências bibliográficas

- Barbosa, Altair Sales; Schmitz, Pedro Ignacio. Ocupação indígena do Cerrado: esboço de uma história. In: Sano, Sueli M.; Almeida, Semírames P. (orgs.) *Cerrado: ambiente e flora*. Brasília: Embrapa, 1998, p. 3-43.
- Bourdieu, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- Canclini, Néstor García. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 2000.
- Entrena Durán, Francisco. *Cambios en la construcción social de lo rural: de la autarquia a la globalización*. Madrid: Editorial Tecnos, 1998.
- GEF. *Mensagens para apresentação de certificados de apreciação aos membros dos Comitês Diretores Nacionais do Programa de Pequenos Projetos*. Brasília: ISPN, 2001 (mimeografado).
- Guimarães, Eduardo Nunes; Leme, Heládio José de Campos. *Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste*. Brasília: [s.l.], 1998 (mimeografado).
- Holanda, Sérgio B. *Caminhos e fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- IBGE, *Mapa dos Biomas do Brasil*, 2004.
- Nogueira, Mônica. *Lições aprendidas: uma análise comparativa de pequenos projetos*. 120 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental e Políticas Públicas) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

- Nogueira, Mônica et al. *Mapeamento Participativo do Agroextrativismo no Estado do Tocantins: relatório-síntese*. Brasília: ISPN, 2003.
- Nogueira, Mônica; Pires, Mauro de Oliveira. Cerrado: sem vintém no orçamento. In: *Orçamento e Política Ambiental/Inesc*. Brasília, ano 2, n. 5, p. 1-6, 2003.
- Prezotto, Luís. *A agroindústria rural de pequeno porte e o seu ambiente institucional relativo à legislação sanitária*. 143 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.
- Putnam, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- Rueda, Rafael Pinzón. Evolução histórica do extrativismo. In: Murrieta, Julio Ruiz; Rueda, Rafael Pinzón (eds.). *Reservas Extrativistas*. Gland (Suíça): UICN; Brasília: CNPT/Ibama, 1995.
- Saywer, Donald; Ree, Marco Van Der; Pires, Mauro de Oliveira. Comercialização de espécies nativas do Cerrado. In: Rosa, Sueli L. Couto (org.). *Os (des)caminhos do desenvolvimento rural brasileiro*. Anais do VI Encontro Regional do Centro-Oeste da Associação Projeto de Intercâmbio de Pesquisas Sociais sobre Agricultura (Apipsa). Brasília, Apipsa, 1997.
- Shiki, Shigeo. *O futuro do Cerrado: degradação versus sustentabilidade e controle social*. Rio de Janeiro: Fase, 2000.
- Silva, Carlos Eduardo Mazzeto. *Democracia e sustentabilidade na agricultura: subsídios para a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural*. Rio de Janeiro: Fase, 2001.
- Toledo, Vitor M. *La apropiación campesina de la naturaleza: un analisis etnoecológico*. [s.l.], 1996 (mimeografado).

NOGUEIRA, Mônica e FLEISCHER, Soraya. Entre tradição e modernidade: potenciais e contradições da cadeia produtiva agroextrativista no Cerrado. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril 2005, vol. 13 no. 1, p. 125-157. ISSN 1413-0580.

Resumo. Este artigo apresenta um balanço dos resultados da produção e comercialização de produtos agroextrativistas do Cerrado. Essa região, o segundo maior bioma do Brasil, encontra-se sob crescente pressão da expansão de fronteiras agrícolas, o que implica perdas ambientais, desestruturação e expulsão de populações locais. As autoras analisam as oportunidades, as vantagens e os limites dessa produção e comercialização como alternativas para a reprodução social desses grupos e também procuram demonstrar como a interação com outros atores sociais ligados à questão ambiental tem possibilitado uma nova inserção social de pequenos produtores rurais, convertendo-os numa espécie de guardiões, por excelência, do meio ambiente.

Palavras-chave: Cerrado, meio ambiente, comercialização, agricultura familiar.

Abstract. (*Between tradition and modernity: potentials and contradictions of the agro-extractivist productive chain on the Cerrado*). This article presents an account of the results of the production and commercialization of agro-extractivist products of the Cerrado region, second biggest biome in Brazil and under growing pressure of the agricultural frontier's expansion - implying environmental loss, as well as destructuring and expulsion of local populations. The authors also analyze, on the one hand, opportunities, advantages and limitations of this production and commercialization, and the alternatives for the social reproduction of these groups; on the other hand, they demonstrate how interaction among other social actors, connected to the environmental issue, has allowed a new social insertion of small rural producers, now in the role of the most evident guardians of the environment.

Key words: Cerrado, environment, commercialization, family-based agriculture.